União de resistentes antifascistas portugueses
Núcleo do Porto

Porto, 28 de Maio de 2015

À Comissão 3.ª – Assembleia da República

Petição n. 503/XII 4.ª – URAP . TRIBUTO AOS MARTIRES DO SÉCULO xx

Ex.mos Senhores:

Com os melhores cumprimentos e conforme informei no mail que enviei, junto alguns elementos com vista a contribuir para o trabalho dessa Comissão:

- Pergunta do Grupo Parlamentar "OS VERDES" ao Senhor inistro da Defesa Nacional

- Resposta do Senhor Ministro

Clarificação programática sobre o assunto feita por nós, que não chegou a ser enviada na altura aos destinatários, por se ter optado pelo Abaixo Assinado /Petição e apreciação posterior, como está a acontecer.

Esperando termos sido úteis, continuamos ao dispor e subscrevemo-nos com a maior consideração.

***elo Núcleo do Porto da URAP**

Maria José Silva Ribeiro

A Tempo: Juntamos, ainda, cópia do Ofício de apresentação do projeto e do Ofício do citado grupo "Os Verdes" e o despacho de Fulle, proferido em 2013.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CDN
N.º Único 526286
Entrada/Saída n.º 69 Data 03/06/2015

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2014-03-12	
O Secretário da Mesa	
Jorge Fão (Assinatura)	Digitally signed by Jorge Fão (Assinatura) Date: 2014.03.12 11:08:13 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 263/ XII (3 .ª)

Assunto: Projecto museológico no edifício do Heroísmo - Porto

Destinatário: Min. da Defesa Nacional

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Em vésperas da comemoração do 40º aniversário do 25 de Abril é importante relembrar, não branquear e manter bem vivo o que foi o regime que oprimiu, aterrorizou, torturou e matou muitos Portugueses que lutavam por um regime democrático no nosso país. É importante valorizar e preservar a memória coletiva.

Foram muitos os antifascistas que advogaram a criação de um museu nas antigas instalações da ex-pide, na rua António Maria Cardoso em Lisboa, mas alguns "responsáveis" decidiram que era mais importante, ali, existir um condomínio de luxo que apagasse da memória as atrocidades desta polícia política e do seu regime.

Mas esta terrível policia tinha outras instalações, nomeadamente no Porto, na rua do Heroísmo, nº 329.

Segundo registos existentes, cerca de 7600 cidadãos portugueses foram interrogados e torturados no edifício do heroísmo, como é conhecido na cidade do Porto.

Após o 25 de Abril de 1974 o edifício do heroísmo passou para a posse do Ministério do Exercito e ai foi instalado o Museu Militar do Porto.

Mas diversos setores democratas da cidade do Porto, entre eles a União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), reivindicaram que o edifício fosse classificado como memória da resistência e da luta antifascista.

Em 2009, a URAP, apresenta um projeto, que é compatível com o Museu Militar, para a salvaguarda do património, através de uma exposição permanente designada por "**do heroísmo à firmeza – percurso na memória da casa da pide no Porto – 1934-1974.**

O projeto teve a aceitação do General Diretor da Direção de História e Cultura Militar.

Entre 2009 e 2011 devido a mudanças na hierarquia militar, a URAP estabeleceu contatos com os novos responsáveis, que deram o seu aval, e o projeto foi seguindo os vários patamares hierárquicos com vista à sua concretização.

Em 2013, e após insistência da URAP, para uma nova reunião com a direção do Museu Militar do Porto, uma vez que apenas faltava o despacho final, a URAP foi confrontada com um despacho do Ministério da Defesa Nacional, segundo o qual "**não é oportuno qualquer evento deste tipo em instalações militares**" e é datado de 15 de Junho de 2012.

Considerando que o projeto é compatível, não pede um cêntimo de financiamento e será uma

mais-valia para a cidade, para o país e para a preservação da nossa história,

Solicito ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a S. Exª a Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte Pergunta, para que o Ministério da Defesa Nacional possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1 – Dado que o projeto foi apresentado publicamente, e com a devida autorização, em 28 de Abril de 2012, que razões justificaram esta mudança de posição por parte do Ministério da Defesa Nacional?

2 – O que pensa o Governo sobre a necessidade de preservar a nossa memória coletiva?

3 – Tem o Governo intenção de alienar o edifício do "heroísmo"?

4 – A criação deste projeto não seria uma forma de no 40º aniversário do 25 de Abril homenagear todos aqueles que lutaram por um país livre e democrático?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 7 de Março de 2014

Deputado(a)s

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)

HELOÍSA APOLÓNIA(PEV)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.

Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Entrada nº 1835
Data: 17-04-2014

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

S/REF: S/COM: N/REF: Nº. 5124/92(5) Nº. 149/CG Lisboa 2014-04-17

ASS: PERGUNTA Nº 1263/XII/3.ª DE 12 DE MARÇO DE 2014
Ref: V/Ofício nº 1623, de 12 de março de 2014

Ex.ª Senhora Dra. Helena Rebelo,

No seguimento do documento em referência, encarrega-me Sua Exa o Ministro da Defesa Nacional de informar V. Exa. do seguinte:

No PM 049/Porto encontra-se instalado o Museu Militar do Porto e não existe qualquer intenção de proceder à extinção ou mudança de localização desse museu, nem existe qualquer iniciativa no sentido de alienar esse prédio militar.

Desde o ano de 2010, que o Museu Militar do Porto incorporou novos objetos no seu acervo, de acordo com as suas temáticas, aprovadas superiormente, estando alguns em exibição nos espaços da sua exposição de longa duração, outros em exposições temporárias, e outros ainda em reservas, inviabilizando o incremento de qualquer outra temática, sem que se faça uma (nova) reprogramação museológica e readaptação das infraestruturas.

Por último importa reforçar que sendo a União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), uma organização de natureza particular, integrar uma parceria com o Exército com vista à partilha do referido prédio militar seria sempre, do ponto de vista do cumprimento da lei de complexidade acrescida.

AMS/AC

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

A recente integração do Museu Miliar do Porto na Rede Portuguesa de Museus, a ser concluída muito em breve, sempre inviabilizaria a integração daquele projeto, na medida em que os espaços funcionais, reservados aos diferentes serviços deste museu, bem como o desenvolvimento das funções museológicas, foram objeto de uma avaliação final pela equipa da Direção-Geral do Património Cultural, da qual resultaram algumas recomendações, a serem aplicadas brevemente, permitindo a requalificação do atual discurso expositivo.

Com os melhores cumprimentos e elevada consideração,

O Chefe do Gabinete

(Rui Clero)

AMS/AC

S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
DIRECÇÃO DE HISTÓRIA E CULTURA MILITAR
MUSEU MILITAR DO PORTO

PARA:
URAP
a/c Maria José Ribeiro

Praceta António Silva Ribeiro, 11 – 2º Esq

4465-023 S. MAMEDE DE INFESTA

Outras referências:	Nossa referência Nota Nº 232 SA Pº Sub-Director de 29Nov12

ASSUNTO: "DO HEROISMO À FIRMESA", DA URAP, NO MUSEU MILITAR DO PORTO

Cara Senhora D. Maria José

Sobre o assunto em epígrafe, comunica-se o seguinte:

"Por Despacho de Exmo. Tenente –General VCEME de 15Jun12, tendo em consideração despacho anterior, continuo a considerar que não é oportuno qualquer evento deste tipo em instalações militares"

Com os melhores cumprimentos,

O DIRETOR

CARLOS DE OLIVEIRA ANDRADE
COR ART

Rua do Heroísmo, 329 |4300 - 259 PORTO **Tel//Fax Civil: 225 365 514 – Militar: 431 234**

E-Mail: musmilporto@mail.exercito.pt

[redacted] União de resistentes antifascistas portugueses
Núcleo do Porto

Do Heroísmo à Firmeza

Percurso na Memória da Casa da PIDE no Porto (1934-1974)

CLARIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA

Havendo sido expressas interpretações não conformes com a natureza e os objectivos do projecto (veiculadas pela Comunicação Social ou dimanadas de fontes institucionais), a URAP julga pertinente remeter para o campo da objectividade os pontos distorcidos e alvo de controvérsia:

1. A implementação do projecto não usurpa espaço nem visibilidade ao programa expositivo existente. Apenas propõe um percurso sinalético e documental, logisticamente independente e cientificamente compatível com o espólio e a vocação do museu. De facto, apenas sugere pequenas adaptações funcionais num espaço que hoje não incorpora o discurso expositivo do Museu Militar do Porto, de molde a ampliar a leitura das memórias públicas - juntando a carcerária à castrense – indissoluvelmente ligadas ao edifício pelo facto de terem sido as Forças Armadas que puseram termo à ocupação policial das instalações.
2. Também é compromisso assente que as eventuais obras de beneficiação não comportam qualquer custo para o Estado/Exército.
3. A URAP não reivindica a partilha do espaço, da sua gestão e programação. Limita-se a valorizar o discurso museológico fornecendo um projecto, doando ou cedendo em regime de depósito diversos conteúdos (documentais, bibliográficos, fotográficos, fílmicos, etc.), disponibilizando-se para colaborar em visitas guiadas e outras iniciativas. A URAP nunca teve a intenção de se tornar um parceiro-residente. Jamais quis exceder um estatuto colaborante.
4. A URAP tem uma dignidade histórica de primeira linha, não só como herdeira da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, agraciada com a Medalha de Ouro da Assembleia da República, contando-se entre os seus actos de relevo a trasladação de vítimas do Campo de Concentração do Tarrafal para o Cemitério do Alto de São João (Lisboa). De recordar que a URAP é filiada na FIR/Federação Internacional de Resistentes, entidade com activa e reconhecida presença nos países que foram ocupados pelo nazismo e tiranizados pelo fascismo.

5. A reclamação de um memorial condigno na ex-Casa da PIDE no Porto é credora de amplo apoio político e social, como se poderá aferir por um abaixo-assinado que integra nomes de todos os quadrantes. Dentro deste espírito de preito e de respeito pelos que pagaram com a prisão, a tortura e a morte o preço da liberdade que hoje usufruímos, caberá assinalar a recente caracterização do sítio como *memória da resistência e da luta antifascista*. A proposta mereceu a unanimidade da Câmara Municipal do Porto, que se comprometeu a diligenciar Junto do Ministério da Defesa no sentido da *classificação do imóvel*.
6. Esperamos que no ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução de Abril e tristemente se cumprem 80 anos da Casa da PIDE no Porto os representantes do Estado, com poder representativo, legislativo, consultivo e decisório, não continuem a adiar a perpetuação de um registo que ninguém de recta consciência poderá apagar. Factos são factos. Todas as nações civilizadas conservam as suas matrizes e cicatrizes, honrando os exemplos de patriotismo e humanismo e esconjurando as tentações de regresso à intolerância e à barbárie. É imperativo local, regional e nacional não deixar passar a efeméride sem inscrever este padrão no mapa do Porto.

Porto, 16 de Junho, 2014

PELO Núcleo do Porto da

URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses

U R
A P União de Resistentes Antifascistas Portugueses
Núcleo do Porto

ÂMBITO E TÍTULO DA INTERVENÇÃO

O edifício e a propriedade da antiga Quinta do Prado albergaram, desde a sua construção, três funções dominantes: habitacional, equipamento (delegação no Porto da Polícia Política do "Estado Novo") e museológica – desde que o Museu Militar se instalou e iniciou o serviço público que hoje desempenha.
No âmbito dessa ideia de serviço público julgamos que a presente proposta serve em pleno tais desígnios e honra a instituição à qual é apresentada.

Do Heroísmo à Firmeza
Percursos na memória da casa da PIDE no Porto (1934-1974)

é o nome do projecto que propomos que tenha lugar no percurso que os presos políticos faziam no interior do edifício centenário da casa da Quinta do Prado, à rua do Heroísmo, n.º 329, que foi ocupada pela PVDE e depois pela PIDE entre meados da década de 1930 e Abril de 1974.

Pensamos que, no contexto de um projecto global de recuperação da memória e salvaguarda do património material e imaterial, é possível isolar e caracterizar os vários períodos e ocupações que o edifício e respectiva propriedade tiveram durante quase dois séculos de história, intimamente ligados à História Social e Política do país, sendo que a passagem da função habitacional privada para a função de equipamento vocacionado para a polícia, no caso política e de defesa do "Estado Novo", marca definitivamente a sua história.
Assim sendo, só com a sua reconversão em Museu Militar, já no regime democrático pós 25 de Abril, se voltou a efectivar uma mudança radical nas funções e atribuições do edifício, dotando-o de uma vertente cultural.

O período entre 1934 e 1974, como momento mais marcante na iconografia do sítio, merece uma atenção especial para que a memória histórica seja preservada e para que as novas e as novíssimas gerações, aquelas que hoje frequentam as instituições de ensino e aquelas que lhes sucederem, tenham acesso a um percurso no tempo e a uma exposição documental e espacial que lhes permita perceber o *processo histórico* da polícia e da prisão política na cidade do Porto no arco temporal acima mencionado.

O PERCURSO EXPOSITIVO

Após a análise da estrutura funcional e dos trajectos normalmente percorridos decorrentes do serviço museológico actual, pensamos ser possível traçar um itinerário independente daquele que o actual visitante utiliza, sem o perturbar, complementando-o.
O circuito existente serve-se fundamentalmente da entrada principal (rua do Heroísmo, nº 329) e segue, no plano horizontal, para as salas adjacentes ao átrio e, no sentido vertical, sobe a escada central, dialogando com ela como referência espacial exclusiva e estruturante.
O percurso idealizado complementa o que descrevemos atrás utilizando, potencialmente, uma ou duas entradas, a saber:
- a entrada lateral norte, por onde entravam os presos;
- a entrada anterior nascente, junto ao actual bar das instalações.

Considerando a entrada lateral norte, torna-se possível conduzir o visitante pela esquerda, de forma a entrar no circuito ascendente e descendente, alicerçado numa escada de serviço que liga o piso térreo das antigas celas dos presos (meia cave para quem está na rua do Heroísmo ou no largo do Prado do Repouso), às antigas salas onde se efectuavam as sessões de interrogatório, localizadas no último piso do edifício, em torno do vão superior à escada principal do Museu Militar.

Reforçando a ideia atrás expressa, ficaria a casa dotada de dois percursos com um elevado nível de autonomia entre si, que serviriam, sem conflituarem, dois propósitos diferentes, complementares na função, pois de Identidade e História se trata, num local onde várias memórias se cruzam.

ESPAÇOS E CONTEÚDOS EXPOSITIVOS

A intervenção projectada quer-se minimalista na forma e na adequação dos espaços, e rica nos conteúdos documentais seleccionados para que o visitante possa ter a clara noção impressiva das qualidades e características do espaço e do percurso e que, em simultâneo, possa receber a informação relacionada com os pressupostos inerentes a este trabalho.
Duas atitudes estão pois aqui em permanente diálogo:
- *a primeira*, aquela que nos permite reconstruir, caminhando, o percurso do preso político desde a sua entrada às sessões de interrogatório e à prisão, olhando, sentindo e tomando consciência da materialidade e imaterialidade do espaço, traduzida no claro/escuro, na luz e na sombra, nas paredes nas escadas, nos tectos mais altos e mais baixos,

consoante o fim a que se destinava no âmbito da função de delegação e prisão política da polícia política do estado novo;
- *a segunda*, é a que, através da força das imagens e de outro tipo de documentos visuais, vídeo ou fotográficos, ou ainda escritos, nos permite a percepção de determinados momentos da história da instituição e das pessoas que por ela passaram, abordando questões do quotidiano dos presos políticos e dos que com eles privaram.

O PROJECTO EXPOSITIVO E A INTERVENÇÃO

Como complemento ao ponto anterior, torna-se necessário definir o grau de intervenção e o tipo de projecto considerado.
A intervenção física é, sobretudo, de identificação, pequeno arranjo e limpeza dos espaços, tornando possível a sua localização e entendimento e claro o percurso entre eles, de forma a situar, conduzir e informar o visitante.
Este projecto constitui a primeira fase da intervenção mais abrangente citada atrás no texto, sendo que se quer que seja parte de um processo dinâmico de construção permanente daquilo que pode ser a interacção com os visitantes, resultando num receptáculo dos contributos dos mesmos.

PLANO, MEIOS E RECURSOS

O Plano da intervenção é composto por quatro momentos coincidentes com as duas atitudes acima descritas:
- *o primeiro momento*, de adequação física do espaço em questão à sua nova função, limpando-o e reconstituindo ambientes através da pintura, iluminação e colocação de elementos móveis e equipamento apropriado e sinalética de identificação dos espaços;
- *o segundo momento*, de aplicação de leitores e projectores de vídeo e áudio indispensável à reprodução de imagens e sons;
- *o terceiro momento*, de aplicação dos conteúdos informativos relativos a fotografia e texto com as respectivas bases e suportes;
- *o quarto momento*, de instalação de meios (ecrã *touchscreen*) que permitam a interacção e o depósito de contributos informativos e documentais por parte do público utilizador do percurso expositivo.

Os meios e recursos afectados serão os necessários para reproduzir e informar o visitante dos conteúdos documentais que nos vão aparecendo ao longo do percurso, ou seja, texto aplicado directamente nas paredes, decalcado em vinil autocolante, imagens (fotografias e textos) impressas em papel fotográfico pontualmente colocadas, identificação dos espaços por onde passa o visitante (estando estes limpos, retocados e reconstituídos os ambientes originais) e alguns registos vídeo e áudio fundamentais para se saber mais das gentes e dos espaços que foram existindo na casa durante os quarenta anos de ocupação pela PVDE/PIDE.

ESTIMATIVA ORÇAMENTAL

1.
- Aquisição de documentação
(digitalização e aquisição)
Euros 750 + 20% IVA
- Impressão
(em papel fotográfico com película autocolante no verso e película para caixa de luz)
Euros 750 + 5% IVA
Sub-total: Euros 1500 + IVA às taxas de 5 e 20%, consoante os itens

2.
- Aquisição de equipamento e meios necessários inerentes
(projectores com leitor de DVD e colunas de som incorporadas) / 3 unidades
Euros 700 x 3 + 20% IVA
(leitores de CD com colunas de som exteriores) / 2 unidades
Euros 150 x 2 + 20 % IVA
Sub-total: Euros 2550 + 20% IVA

3.
- Adequação dos espaços
(limpeza e pintura)
Euros 450 + 20% IVA
(bases em MDF para aplicação das reproduções dos documentos impressas em papel fotográfico)
Euros 300 + 20% IVA
(caixas de luz para aplicação das reproduções impressas dos documentos)
Euros 200 x 7 + 20% IVA
Sub-total: Euros 2100 + 20% IVA

U R
A P - União de Resistentes Antifascistas Portugueses
Núcleo do Porto

4.
- Mão de obra de apoio à montagem
(afectação de 2 homens no período de 7 dias)
Euros 700 + 20% IVA
Sub-total: Euros 700 + 20% IVA

5.
- Divulgação
(convites)
Euros 200 + 5% IVA
(cartazes)
Euros 250 + 5% IVA
(desdobrável)
Euros 250 + 5% IVA
Sub-total: Euros 700 + 5% IVA

TOTAL: Euros 7500 + IVA às taxas de 5 e 20%, consoante os itens

FONTES DOCUMENTAIS

- Normas de serviço interno;
- Entrevistas feitas a presos políticos;
- Registo Geral de Presos;
- Bibliografia com memórias;
- Fotografias existentes em vários arquivos, entre os quais o da URAP, de jornais diários e de outros arquivos particulares e públicos;
- Registo dos objectos da vivência prisional (objectos dos presos e objectos das visitas)
- Lista de alimentos;
- Notícias dos jornais
- Registos áudio;
- Registos vídeo.

PARCERIAS E RESPONSABILIDADES AUTORAIS DO PROJECTO

A parceria criada é estabelecida entre a instituição militar através da sua unidade museológica (Museu Militar), a Direcção Geral de Arquivos e a URAP, mentora original da iniciativa.
O Projecto da Intervenção e a sua coordenação é da responsabilidade do arquitecto Mário João Mesquita, docente na Universidade do Porto, com o acompanhamento do Dr. Silvestre Lacerda, Director da DGARQ.
A investigação e a selecção dos conteúdos são da responsabilidade partilhada do Dr. Silvestre Lacerda, do Arq.º Mário João Mesquita e da direcção da URAP.
Como os conteúdos expositivos provêm de diferentes origens, podemos considerar a hipótese de, pelo menos no que respeita às instituições, considerá-las como parceiras indirectas, pelo facto de disponibilizarem documentação vária.

Porto, 18 de Janeiro de 2009